

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Literal

Class.: 1107

Data: 25/12/84

Pg.: \_\_\_\_\_

# Funai defende exploração de riquezas naturais dos índios

Brasília — O presidente da Fundação Nacional do Índio, Romero Jucá Filho, declarou-se, ontem, favorável à exploração dos recursos naturais existentes em áreas indígenas, desde que “a exploração seja efetivada sob uma perspectiva racional, pragmática”.

“Nós temos que ser pragmáticos”, disse Jucá. “Os índios, hoje, estão fazendo contratos diretamente com garimpeiros (há cerca de 30 mil garimpeiros em áreas indígenas), com madeireiros (estão roubando a madeira dos índios de forma desbragada) e estão alugando seus pastos. Só que este dinheiro que eles recebem reverte apenas para algumas lideranças. É um processo erradô. É um processo, muitas vezes, corrupto. O dinheiro deve reverter para toda a comunidade indígena. E não apenas para algumas lideranças”.

### Postura burra

Segundo o presidente da Funai, são despropositadas as restrições de algumas entidades à consecução de projetos que o órgão desenvolve em conjunto com outras instituições. O PMACI, o Polamazônica, o Programa Grande Carajás, o Polonoroeste e o Projeto Calha Norte, no entender de Jucá, voltam-se primordialmente ao desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida das comunidades indígenas.

Jucá tacha de “postura até certo ponto burra” a de entidades que se opõem a este aspecto da política indigenista empreendida pela Funai. “Não se pode lutar contra os fatos: as comunidades indígenas, hoje, querem participar do desenvolvimento nacional. O índio brasileiro é potencialmente rico. Ele tem terras ricas, tem minérios, tem madeira. E sabe que tem estas riquezas e que estas riquezas podem ser revertidas em favor de toda a sua comunidade. Qual é o direito que temos de proibir isto?”, indaga Jucá.

O presidente da Funai anuncia que, dentro da nova filosofia do órgão, de disciplinar a exploração de recursos naturais dentro das áreas indígenas, o IBDF já está de posse de um estudo feito pela Funai, sobre a extração de madeira nas áreas. A partir dessa atuação em conjunto, IBDF e Funai baixarão uma portaria disciplinando este tipo de atividade, tal como foi feito em relação à exploração mineral em área indígena, que está regulamentada através de portaria assinada pela Fundação Nacional do Índio e pelo Departamento Nacional de Produção Mineral.

### Atuação dos missionários

A presença de missionários em áreas indígenas também está sendo revista pela



Romero Jucá: temos que ser pragmáticos.

Funai, segundo o seu presidente, principalmente depois que começou a ser executado o Projeto Calha Norte. Ele não acha que o trabalho desenvolvido pelas missões seja incompatível com a execução do Calha Norte, mas acredita que as propostas do Projeto “não tenham sido conveniente compreendidas por alguns setores missionários. No mínimo, por falta de conhecimento da questão. Ou, então, por má fé. Para a Funai e para as comunidades indígenas, o Calha Norte representa a possibilidade de resgatarmos nossa dívida para com os índios da Região Norte — exatamente onde há mais índios e menos presença da Funai”, diz Jucá.

Ele diz que “é até muito louvável” o papel desempenhado pelas missões religiosas — por substituírem a Funai em regiões onde ela não se fazia presente —, mas entende que sua atuação deve ser revista. Antecipando que a Funai, por conta do Calha Norte, receberá “recursos significativos” no próximo ano, Jucá afirma que o órgão, a partir disso, “estará mais forte, mais aparelhado e com pessoal mais capacitado para atender aos índios”. Esta nova realidade, diz Jucá, é que obriga a Funai a rever o trabalho desenvolvido pelos missionários.

### Catequese revista

“As missões precisam rever sua postura assistencial-catequética para pensar na forma como irão atuar diante desta nova realidade. Eu não sou contra as missões. Colaborar em favor da causa indígena é, muitas vezes, uma demonstração de grande sacrifício pessoal. Mas é preciso que a colaboração seja efetivada sobre as bases reais das necessidades e aspirações dos in-

dios”, diz Jucá. Ele diz que, num trabalho preliminar, o Museu do Índio está coletando informações sobre o trabalho dos missionários e a própria Funai está ouvindo as missões. “Infelizmente, não sei por que, estamos tendo dificuldades em coletar dados junto à Igreja Católica. Mas acredito que seja um quadro passível de reversão, assim que os missionários, em especial os integrantes do Conselho Indigenista Missionário, percebam a importância deste trabalho: o de, em conjunto com a Funai, definirmos regras e parâmetros de atuação junto aos índios, em função de seus interesses e de suas aspirações”, pondera o presidente da Funai.

### Tragicomédia na Constituinte

O presidente da Funai acha que a questão indígena foi tratada de forma “tragicômica” na Assembléia Nacional Constituinte, quando as propostas ainda tramitavam pelas subcomissões e comissões. Ele acusa as “ditas entidades de defesa da questão indígenas” de terem, “irresponsavelmente, plantado seus projetos constitucionais que previam, inclusive, a criação de territórios indígenas e o reconhecimento de nações dentro do Brasil”. Segundo Jucá, a Funai foi aliada das discussões que se processaram nas fases que antecederam os trabalhos da Comissão de Sistematização, muito embora ele mesmo — conforme afirmou — tenha se colocado à disposição dos congressistas. “Enfim, o que se viu foi que todo mundo deu o seu palpite na questão: CIMI, ABA, UNI, ANAI, todo mundo. Mas a Funai, que é o órgão turo, a entidade responsável pela execução da política indigenista, ficou de fora”.

Romero Jucá Filho diz que o orçamento da Funai para 1988, fixado em 900 milhões de cruzados (o deste ano foi de Cz\$ 450 milhões), não é tão grande, como parece, quando se leva em conta que o órgão tem a responsabilidade de prestar assistência médica, atendimento educacional, desenvolver projetos agrícolas e pecuários, abastecimento, segurança para as áreas indígenas e manutenção da frota de oito aeronaves de que a Funai dispõe, tudo isso para atender 220 mil índios brasileiros.

O presidente da Funai destaca o esforço do presidente José Sarney e do Ministério do Interior, que estão dando ênfase ao trabalho de demarcar as terras dos índios. Só no atual Governo, contabiliza Jucá, foram demarcados mais de 15,5 milhões de hectares, contra 12 milhões num período de 74 anos — de 1910 a 1984. Por tudo isso, conclui Jucá, “o índio é, efetivamente, uma prioridade no Governo Sarney”.